

## **EDITAL DE PREGÃO Nº 30/17**

MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS

TIPO DE JULGAMENTO: menor preço por item.

**LIMITE PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E INÍCIO DO CREDENCIAMENTO:**  
9H do dia 20/10/2017.

**ABERTURA DAS PROPOSTAS E SESSÃO DE LANCES:** 9H do dia 20/10/2017.

**EDITAL DE PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS  
PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA  
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR  
SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PACIENTES DA  
REDE MUNICIPAL DE SAUDE.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CANDELÁRIA**, no uso de suas atribuições, torna público, para o conhecimento dos interessados, que às 9h do dia 20 de outubro de 2017 se reunirão a pregoeira e a equipe de apoio, com a finalidade de receber propostas e documentos de habilitação, objetivando a **O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PACIENTES DA REDE MUNICIPAL DE SAUDE**, processando-se esta licitação nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações das Leis Complementares nº 147/2014 e 155/16, e do Decreto Municipal nº 039, de 12 de maio de 2006, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações.

A presente licitação será exclusiva às beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006, nos termos do seu art. 48, inciso I, alterado pelas Leis Complementares nº 147/2014 e 155/16.

Recomenda-se a leitura integral e acurada deste Edital, pois a apresentação de proposta implica aceitação tácita dos seus termos, tendo em vista a decadência do direito de impugnação, não cabendo à licitante alegação de desconhecimento das normas que regem o presente certame e a contratação.

### **1. DO OBJETO**

1.1. Constitui objeto da presente licitação o **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PACIENTES DA REDE MUNICIPAL DE SAUDE**, conforme abaixo especificado:

ITEM	QUANT. MÍNIMA	QUANT. MAXIMA	UN	DESCRIÇÃO
1	1	50.000	KM RODADO	Transporte por km através de veículo van – mínimo 15 lugares, para transporte de pacientes para cidades de até 125km distancia ida.
2	1	50.000	KM RODADO	Transporte por km através de veículo van – mínimo 15 lugares, para transporte de pacientes para cidades de até 500km distancia ida.
3	5.000	150.000	KM RODADO	Transporte por km através de veículo micro-ônibus mínimo 28 lugares, para transporte de pacientes para cidades de até 125km distancia ida.
4	5.000	150.000	KM RODADO	Transporte por km através de veículo micro-ônibus mínimo 28 lugares, para transporte de pacientes para cidades de até 500km distancia ida.
5	1	50.000	KM RODADO	Transporte por km através de veículo ônibus mínimo 46 lugares, para transporte de pacientes para cidades de até 125km distancia ida.
6	1	50.000	KM RODADO	Transporte por km através de veículo ônibus mínimo 46 lugares, para transporte de pacientes para cidades de até 500km distancia ida.
7	1	150.000	KM RODADO	Transporte por Km de Paciente entre Unidades de Saúde municipais e Intermunicipais com veículo Ambulância.

**1.2.** Os veículos e os motoristas deverão estar devidamente habilitados para os serviços que compreenderão o transporte de pacientes da rede municipal de saúde a hospitais, consultórios e postos de saúde credenciados pela rede SUS dentro e fora do Município de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

**1.3.** Para os itens 01 a 06, a empresa deverá disponibilizar os veículos com pré-agendamento de 12 horas.

**1.4.** Para o item 07, veículo ambulância, a empresa deverá disponibilizar o veículo no prazo de 15 minutos.

**1.5.** A ambulância deve cumprir as normas estabelecidas na Portaria nº 1147/2001 do MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA E DA SAÚDE, ambulância tipo A e a maca devem ter no mínimo 1,90 de comprimento.

**1.6.** A empresa vencedora deverá se comprometer em cadastrar junto a SMS no máximo 2 veículos por item.

**1.7.** A empresa vencedora deverá se comprometer em cadastrar junto à SMS, no máximo 2 motoristas por veículo comprovando com vínculo empregatício.

**1.8.** Todos os veículos acima devem ter no máximo 10 anos de fabricação;

**1.9.** Todos os veículos acima devem observar as normas relativas à segurança da viagem e ao conforto dos passageiros, bem como, cumprir TODA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO E DE TRÁFEGO RODOVIÁRIO APLICÁVEL PARA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

**1.10** A proposta selecionada fica à disposição da Administração que, se e quando desejar contratar o serviço, valer-se-á dos preços registrados, tantas vezes quanto desejar (dentro dos limites estabelecidos neste Edital). Portanto, fica ressalvado, desde já, que a Administração não está obrigada a contratar os serviços licitados.

## **2. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES**

**2.1.** Para participação no certame, a licitante, além de atender ao disposto no item 7 deste edital, deverá apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, identificados, respectivamente, como de nº 1 e nº 2, para o que se sugere a seguinte inscrição:

**AO MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA  
EDITAL DE PREGÃO Nº 30/17  
ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA  
PROPONENTE (NOME COMPLETO)**

-----

**AO MUNICÍPIO DE CANDELARIA  
EDITAL DE PREGÃO Nº 30/17  
ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTAÇÃO  
PROPONENTE (NOME COMPLETO)**

## **3. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO**

**3.1.** A licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto à pregoeira, diretamente, por meio de seu representante legal, ou através de procurador regularmente constituído, que devidamente identificado e credenciado, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada.

**3.1.1.** A identificação será realizada, exclusivamente, através da apresentação de documento de identidade.

**3.2.** A documentação referente ao credenciamento de que trata o item 3.1 deverá ser apresentada fora dos envelopes.

**3.3.** O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

**a) se representada diretamente, por meio de dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado, deverá apresentar:**

**a.1)** cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado;

**a.2)** documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações;

**a.3)** inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil;

**a.4)** decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

**a.5)** registro comercial, se empresa individual.

**b) se representada por procurador, deverá apresentar:**

**b.1)** instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante reconhecida, em que conste os requisitos mínimos previstos no art. 654, § 1º, do Código Civil, em especial o nome da empresa outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública; ou

**b.2)** carta de credenciamento outorgado pelos representantes legais da licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

**c) para ambos**

**c.1)** Declaração, sob as penas da Lei, de que é beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações da Lei Complementar nº 147/2014.

**c.2)** Declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação.

**Observação 1:** Em ambos os casos (b.1 e b.2), o instrumento de mandato deverá estar acompanhado do ato de investidura do outorgante como representante legal da empresa.

**Observação 2:** Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar a carta de credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

**3.4.** Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatório a licitante fazer-se representar em todas as sessões públicas referentes à licitação.

**3.5.** Não apresentada à documentação do item **3.3**, a licitante será impedida de participar da licitação.

#### **4. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES**

**4.1.** No dia, hora e local, mencionados no preâmbulo deste edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à sessão pública do pregão, a pregoeira, inicialmente, receberá os envelopes nº 01 - PROPOSTA e 02 - DOCUMENTAÇÃO.

**4.2.** Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária.

**4.3.** A pregoeira então realizará o credenciamento das interessadas.

#### **5. PROPOSTA DE PREÇO**

**5.1.** A proposta, cujo prazo de validade é fixado pela Administração em 60 dias, deverá ser apresentada em folhas sequencialmente numeradas e rubricadas, sendo a última datada e assinada pelo representante legal da empresa, ser redigida em linguagem clara, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, e deverá conter:

a) razão social da empresa;

b) descrição completa do serviço ofertado.

c) **preço por Km rodado**, indicado em moeda nacional, onde deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta da licitante vencedora.

**Observação:** Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula, sendo desprezadas as demais, se houver, também em eventual contratação.

**5.2.** Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

#### **6. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

**6.1.** O julgamento obedecerá ao critério de menor preço por KM rodado, observadas as exigências contidas neste edital e em seus anexos quanto às especificações do objeto.

**6.1.1** As propostas não poderão ultrapassar o valor máximo definido na Planilha de Quantitativo Unitário (ANEXO V).

**6.2.** Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento)

superiores àquela poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora.

**6.3.** Não havendo, pelo menos, 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

**6.4.** No curso da sessão, as autoras das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidadas, individualmente, a apresentarem novos lances, verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir da autora da proposta classificada em segundo lugar, até a proclamação da vencedora.

**6.5.** Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

**6.6.** A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, obedecida a ordem prevista nos itens 6.4 e 6.5.

**6.6.1.** Dada a palavra a licitante, esta disporá de 60s (sessenta segundos) para apresentar nova proposta.

**6.7.** É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

**6.7.1** A diferença entre cada lance não poderá ser inferior a R\$ 0,10 (dez centavos) do valor da menor proposta.

**6.8.** Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes no item 13 deste edital.

**6.9.** O desinteresse em apresentar lance verbal, quando convocada pela pregoeira, implicará na exclusão da licitante da etapa competitiva e, conseqüentemente, no impedimento de apresentar novos lances, sendo mantido o último preço apresentado pela mesma, que será considerado para efeito de ordenação das propostas.

**6.10.** Caso não seja ofertado nenhum lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para a contratação, podendo a pregoeira negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

**6.11.** O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pela pregoeira, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

**6.12.** Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, a pregoeira verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-a com os valores consignados em planilha de custos, decidindo motivadamente a respeito.

**6.13.** A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarada vencedora a licitante que ofertar o menor preço, desde que a proposta tenha sido apresentada de acordo com as especificações deste edital e seja compatível com o preço de mercado.

**6.14.** Serão desclassificadas as propostas que:

a) não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;

- b) forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;
- c) afrontem qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos do item 5;
- d) contiverem opções de preços alternativos ou que apresentarem preços manifestamente inexequíveis.

**Observação:** Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

**6.15.** Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

**6.16.** Da sessão pública do pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos.

**6.17.** A sessão pública não será suspensão, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto serem esclarecidas previamente junto a Divisão de Licitações deste Município, conforme subitem 14.1 deste edital.

**6.18.** Caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

## **7. DA HABILITAÇÃO**

**7.1.** Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá apresentar dentro do ENVELOPE Nº 02, os seguintes documentos:

a) Declaração sob as penas da Lei, expedida pela empresa participante, de que a mesma não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso, ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, de acordo com o que dispõe o Decreto nº 4.358, de 05/09/02, conforme modelo em anexo.

b) Declaração sob as penas da Lei, expedida pela empresa participante, de que a empresa não foi considerada inidônea para contratar com a Administração Pública.

c) Declaração que atende o disposto no art. 9º da Lei 8.666/93.

### **7.1.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- a) registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**7.1.2.1** Será dispensada da apresentação, no envelope de habilitação, dos documentos referidos no item 7.1.2, a empresa que já os houver apresentado no momento do credenciamento, previsto item 3 deste edital.

### **7.1.3 REGULARIDADE FISCAL**

a) prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débito de Tributos e Contribuições Federais expedida pela Secretaria da Receita Federal e Certidão Negativa de Débitos quanto à dívida ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional);

b) prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

c) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

d) prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

### **7.1.4 REGULARIDADE TRABALHISTA**

a) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – Lei nº 12.440/2011.

### **7.1.5 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

a) Declaração, sob as penas da Lei, emitida pela empresa licitante, de que os motoristas que farão o transporte dos pacientes estão capacitados para tal.

b) Declaração sob as penas da Lei, emitida pela empresa licitante, de que possui veículo (s) disponível (eis) com os requisitos mínimos estabelecidos no objeto deste Edital.

**7.2** A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender ao item 3.3, c.1), que possuir restrição em qualquer dos documentos de **regularidade fiscal**, previstos no item 7.1.3, deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em **cinco dias úteis**, a da sessão em que foi declarada como vencedora do certame.

**7.2.1** O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

**7.2.2** Ocorrendo a situação prevista no item 7.2, a sessão do pregão será suspensão, podendo o pregoeiro fixar, desde logo, a data em que se dará continuidade



ao certame, ficando os licitantes já intimados a comparecer ao ato público, a fim de acompanhar o julgamento da habilitação.

**7.2.3** O benefício de que trata o item 7.2 não eximirá a licitante, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

**7.2.4** A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 7.2, implicará na inabilitação do licitante e a adoção do procedimento previsto no item 8.2, sem prejuízo das penalidades previstas no item 13.1, alínea *a*, deste edital.

**7.3.** O envelope de documentação que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da homologação da licitação, devendo a licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

## **8. DA ADJUDICAÇÃO**

**8.1.** Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante que ofertar o menor preço será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

**8.2.** Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, a pregoeira inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que a pregoeira poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

**8.3.** Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, a pregoeira proclamará a vencedora e, a seguir, proporcionará às licitantes a oportunidade para manifestarem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação expressa, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recorrer por parte da licitante.

## **9. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**9.1.** Tendo a licitante manifestado motivadamente, na sessão pública do pregão, a intenção de recorrer, esta terá o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões de recurso.

**9.1.1.** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e, a adjudicação do objeto da licitação pela pregoeira ao vencedor.

**9.2.** Constará na ata da sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todas, vista imediata do processo.

**9.3.** A manifestação expressa da intenção de interpor recurso e da motivação, na sessão pública do pregão, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

**9.4.** O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio daquela que praticou o ato recorrido, a qual poderá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir, acompanhado de suas razões, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da subida do recurso, sob pena de responsabilidade daquele que houver dado causa à demora.

## **10. DOS PRAZOS E DA FISCALIZAÇÃO**

**10.1.** A empresa previamente vencedora da licitação terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação na Secretaria Municipal de Saúde, para o servidor ALEX EDNEI ZIEMANN a relação dos veículos que farão o transporte, pelo menos 02 (dois) por item, todos os veículos devem ter no máximo 10 (dez) anos de fabricação; também deverá fazer o cadastro de pelo menos 02 (dois) motoristas por veículo, com vínculo empregatício, como condição para homologação e assinatura do contrato.

**10.2.** Esgotados todos os prazos recursais, a Administração, no prazo de 05 (cinco) dias, convocará a vencedora para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

**10.3.** O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado, uma vez e pelo mesmo período, desde que seja requerido de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

**10.4.** O registro de preços possui validade de 12 meses, contados a partir da homologação do procedimento licitatório.

**10.5.** O prazo para vigência do contrato será de 12 meses a contar do dia posterior ao da assinatura, podendo ser prorrogado até o limite legal.

**10.6.** A fiscalização da ata/contrato ficará sob responsabilidade do servidor ALEX EDNEI ZIEMANN.

## **11. DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

**11.1.** Os veículos e os motoristas deverão estar devidamente habilitados para os serviços que compreenderão o transporte de pacientes da rede municipal de saúde a hospitais, consultórios e postos de saúde credenciados pela rede SUS dentro e fora do Município de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

**11.2.** Para os itens 01 a 06, a empresa deverá disponibilizar os veículos com pré-agendamento de 12 horas.

**11.3.** Para o item 07, veículo ambulância, a empresa deverá disponibilizar o veículo no prazo de 15 minutos.

**11.4.** A ambulância deve cumprir as normas estabelecidas na Portaria nº 1147/2001 do MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA E DA SAÚDE, ambulância tipo A e a maca devem ter no mínimo 1,90 de comprimento.

**11.5.** A empresa vencedora deverá se comprometer em cadastrar junto a SMS no mínimo 2 veículos por item.

**11.6.** A empresa vencedora deverá se comprometer em cadastrar junto à SMS, no máximo 2 motoristas por veículo comprovando com vínculo empregatício.

**11.7.** Todos os veículos acima devem ter no máximo 10 anos de fabricação.

**11.8.** Todos os veículos acima devem observar as normas relativas à segurança da viagem e ao conforto dos passageiros, bem como, cumprir TODA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO E DE TRÁFEGO RODOVIÁRIO APLICÁVEL PARA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

**11.9.** A prestação dos serviços deverá ser realizada conforme a demanda da Municipalidade

## **12. DO PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**12.1.** O cálculo da quilometragem será feita a partir do 1º ponto de coleta, sito à Rua 20 de Setembro, 1239.

**12.2.** Os cálculos financeiros dos serviços serão mensais, considerando apenas os transportes de pacientes comprovadas através de atestado de execução dos mesmos, expedido no último dia útil do mês pelo responsável nomeado pela Secretaria Municipal da Saúde.

**12.3.** Os pagamentos serão efetuados pelo POR KM RODADO, até o 10º (décimo) dia corrido do mês subsequente ao vencido, da entrega dos serviços, por quilômetro efetivamente rodado, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal e os comprovantes de recolhimento de INSS e FGTS dos motoristas envolvidos na prestação de serviço através da dotação orçamentária: 07 001 2036 33390399905 vin 40.

**12.4.** A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do pregão e número da nota de empenho, a fim de se acelerar o trâmite e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

**12.5.** O pagamento somente será efetuado mediante a apresentação das seguintes documentações:

- Listagem firmada pelo representante legal da contratada contendo o nome, o nº da CTPS e a função dos empregados que executarão o serviço, devendo comunicar imediatamente ao CONTRATANTE quaisquer alterações;
- Guia de recolhimento do INSS autenticada com o registro do pagamento, GFIP juntamente com o protocolo de envio, cópia da folha de pagamento respectiva, bem como dos contracheques assinados pelos funcionários ou comprovante de depósito bancário, nos termos da Ordem de Serviço INSS/DARF nº 083/93, bem

como Guia de Recolhimento do FGTS do mês anterior do protocolo da fatura e comprovante de recolhimento do PIS;

- Certidão Negativa de Débitos Municipais, Estaduais e Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- Certidão Negativa de Débitos junto ao FGTS;

**12.6.** Serão processadas as retenções previdenciárias quando for o caso, nos termos da lei que regula a matéria.

### **13. DAS PENALIDADES**

**13.1.** Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

b) manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos;

c) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

d) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;

e) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 5 (cinco) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;

f) inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;

g) inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;

h) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.

**13.2.** As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

**13.3.** Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

## **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**14.1.** Quaisquer informações decorrentes de interpretação do Edital deverão ser solicitadas por escrito, ao Município de Candelária, na Divisão de Licitações, sito na Avenida Pereira Rego, nº 1665, sala 08, ou pelos e-mails [licitacoes@candelaria.rs.gov.br](mailto:licitacoes@candelaria.rs.gov.br) e [licitacoes2@candelaria.rs.gov.br](mailto:licitacoes2@candelaria.rs.gov.br), no horário de expediente, preferencialmente, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data marcada para recebimento dos envelopes.

**14.2.** Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente pregão encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no Município, na Divisão de Licitações.

**14.3.** Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado.

**14.4.** Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação o seu endereço, *e-mail* e os números de fax e telefone.

**14.5.** Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada, por tabelião ou por servidor, ou, ainda, publicação em órgão da imprensa oficial.

**14.6.** As cópias extraídas da internet solicitadas neste edital, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração.

**14.7.** A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666-93, sobre o valor inicial contratado.

**14.8.** A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal nº 8.666-93).

**14.9.** Todas as atas, termo de homologação e resultados relativos ao processo licitatório serão publicados na imprensa oficial para fins de ciência e intimação dos atos, qual seja, o mural do Município e o *site* [www.candelaria.rs.gov.br](http://www.candelaria.rs.gov.br) de acordo com a Lei nº 842 de 10 de maio de 2013.

**14.10.** Constituem anexos e fazem parte deste edital:

Anexo I - Modelo declaração de acordo com o inciso V do artigo 27 da lei 8.666/93 acrescido pela Lei nº 9.854/99;

Anexo II - Modelo declaração de idoneidade para licitar;

Anexo III – Modelo declaração de que atende o disposto no art. 9º da Lei 8.666/93;

Anexo IV – Termo de Referência;

Anexo V – Planilha de Quantitativo e Custo Unitário;  
Anexo VI - Minuta da ata de Registro de Preços.  
Anexo VII – Minuta do contrato.

**14.11.** Fica eleito o Foro da Comarca de Candelária para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Candelária, 02 de outubro de 2017.

**PAULO ROBERTO BUTZGE**  
Prefeito Municipal

**DIONATAN TAVARES DA SILVA**  
Secretário Municipal da Administração

Este Edital de Pregão nº 30/17 foi revisado em 02 de outubro de 2017, e está de acordo com a legislação, ressalvado quanto ao objeto, uma vez que este exame desborda da análise jurídica.

**TANAELA ELLWANGER MULLER**  
Subprocuradora do Município  
OAB/RS Nº 86.371

**FRANCIÉLE SCHRÖDER**  
Assessora Jurídica  
OAB/RS Nº 95.508

## ANEXO I

### MODELO "A": EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

#### DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no ....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ) .

.....  
(data)

.....  
(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

### MODELO "B": EMPREGADOR PESSOA FÍSICA

#### DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

....., portador(a) da Carteira de Identidade no.....e do CPF no ....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ) .

.....  
(data)

.....  
(nome)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

## ANEXO II

### DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE PARA LICITAR

Ref.: (identificação da licitação)

Declaro, sob as penas da Lei, para fins da .....(modalidade da licitação) nº .....que a empresa .....não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da lei 8666/93, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos da habilitação que venha alterar a atual situação quanto a capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômica-financeira.

.....  
(data)

.....  
(nome)



### ANEXO III

#### DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO ART. 9º

Ref.: (identificação da licitação)

Declaro, sob as penas da Lei, para fins do  
.....(modalidade da licitação) nº .....que a empresa  
.....atende ao disposto  
no art. 9º da Lei 8.666/93.

.....  
(data)

.....  
(representante legal)

## ANEXO IV

### TERMO DE REFERÊNCIA

**Data:** 02 de outubro de 2017.

**LIMITE PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E INÍCIO DO CREDENCIAMENTO:**  
09H do dia 20/10/2017.

**ABERTURA DAS PROPOSTAS E SESSÃO DE LANCES:** 09H do dia 20/10/2017.

1. **Objeto:** Constitui objeto da presente licitação o **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PACIENTES DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE**, conforme abaixo especificado:

ITEM	QUANT. MÍNIMA	QUANT. MAXIMA	UN	DESCRIÇÃO
1	1	50.000	KM RODADO	Transporte por km através de veículo van – mínimo 15 lugares, para transporte de pacientes para cidades de até 125km distancia ida.
2	1	50.000	KM RODADO	Transporte por km através de veículo van – mínimo 15 lugares, para transporte de pacientes para cidades de até 500km distancia ida.
3	5.000	150.000	KM RODADO	Transporte por km através de veículo micro-ônibus mínimo 28 lugares, para transporte de pacientes para cidades de até 125km distancia ida.
4	5.000	150.000	KM RODADO	Transporte por km através de veículo micro-ônibus mínimo 28 lugares, para transporte de pacientes para cidades de até 500km distancia ida.
5	1	50.000	KM RODADO	Transporte por km através de veículo ônibus mínimo 46 lugares, para transporte de pacientes para cidades de até 125km distancia ida.
6	1	50.000	KM RODADO	Transporte por km através de veículo ônibus mínimo 46 lugares, para transporte de pacientes para cidades de até 500km distancia ida.
7	1	150.000	KM RODADO	Transporte por Km de Paciente entre Unidades de Saúde municipais e

				Intermunicipais com veículo Ambulância.
--	--	--	--	---

**2. Forma de execução dos serviços:** Os veículos e os motoristas deverão estar devidamente habilitados para os serviços que compreenderão o transporte de pacientes da rede municipal de saúde a hospitais, consultórios e postos de saúde credenciados pela rede SUS dentro e fora do Município de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

**3. Do Pagamento:** Os pagamentos serão efetuados pelo POR KM RODADO, até o 10º (décimo) dia corrido do mês subsequente ao vencido, da entrega dos serviços, por quilômetro efetivamente rodado, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal e os comprovantes de recolhimento de INSS e FGTS dos motoristas envolvidos na prestação de serviço.

**4. Dotação orçamentária:** 07 001 2036 3339039 vin. 40.

**5. Prazo do contrato:** 12 meses a contar do dia posterior ao da assinatura, podendo ser prorrogado até o limite legal.

## ANEXO V

PLANILHA DE QUANTITATIVO DE CUSTO UNITÁRIO					
ITEM	QUANT. MÍNIMA	QUANT. MAXIMA	UN	DESCRIÇÃO	VALOR MÉDIO P/KM
1	1	50.000	KM RODADO	Transporte por km através de veículo van – mínimo 15 lugares, para transporte de pacientes para cidades de até 125km distancia ida.	R\$ 1,65
2	1	50.000	KM RODADO	Transporte por km através de veículo van – mínimo 15 lugares, para transporte de pacientes para cidades de até 500km distancia ida.	R\$ 1,28
3	5000	150.000	KM RODADO	Transporte por km através de veículo micro-ônibus mínimo 28 lugares, para transporte de pacientes para cidades de até 125km distancia ida.	R\$ 2,29
4	5000	150.000	KM RODADO	Transporte por km através de veículo micro-ônibus mínimo 28 lugares, para transporte de pacientes para cidades de até 500km distancia ida.	R\$ 1,82
5	1	50.000	KM RODADO	Transporte por km através de veículo ônibus mínimo 46 lugares, para transporte de pacientes para cidades de até 125km distancia ida.	R\$ 2,98
6	1	50.000	KM RODADO	Transporte por km através de veículo ônibus mínimo 46 lugares, para transporte de pacientes para cidades de até 500km distancia ida.	R\$ 2,37
7	1	150.000	KM RODADO	Transporte por Km de Paciente entre Unidades de Saúde municipais e Intermunicipais com veículo Ambulância.	R\$ 2,81

## ANEXO VI

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/17

Aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_ de \_\_\_\_, nas dependências da Prefeitura Municipal de Candelária, situada na Av. Pereira Rego, 1665 o Prefeito Municipal, nos termos do art. 15 da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/17**, para **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PACIENTES DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE**, por deliberação da Pregoeira e Equipe de Apoio, homologada em \_\_\_\_\_, e publicada em \_\_\_\_\_, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** das empresas com preços mais vantajosos, por item, observadas as condições do Edital que rege o Pregão, aquelas enunciadas abaixo e nos itens que se seguem.

Item \_\_: (nome da empresa), CNPJ: \_\_\_\_\_ com sede na \_\_\_\_\_, representada nesse ato, por seu representante legal, Sr. \_\_\_\_\_, portador da cédula de identidade RG nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_;

#### 1. OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto o registro de preços dos produtos especificados no Edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/17**, que passa a fazer parte dessa Ata, como parte integrante.

#### 2. VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.

**2.1.** Nos termos do art. 15 § 4º da Lei nº 8.666/93, e conforme do Decreto nº 011/03, de 19 de março de 2003, esse Município não está obrigado a adquirir exclusivamente por intermédio dessa Ata, durante o seu período de vigência, os produtos cujos preços nela estejam registrados, podendo adotar para tanto uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento aos registrados, no caso de igualdade de condições.

#### 3. CONTRATO

Para consecução dos fornecimentos dos serviços registrados nessa Ata serão celebradas notas de empenhos específicas com as empresas, conforme disposto nos itens 5 e 6.

#### 4. PREÇOS

Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços constam do “QUADRO VENCEDOR FINAL”, em anexo a essa Ata.

## **5. CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**5.1.** Os veículos e os motoristas deverão estar devidamente habilitados para os serviços que compreenderão o transporte de pacientes da rede municipal de saúde a hospitais, consultórios e postos de saúde credenciados pela rede SUS dentro e fora do Município de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

**5.2.** Para os itens 01 a 06, a empresa deverá disponibilizar os veículos com pré-agendamento de 12 horas.

**5.3.** Para o item 07, veículo ambulância, a empresa deverá disponibilizar o veículo no prazo de 15 minutos.

**5.4.** A ambulância deve cumprir as normas estabelecidas na Portaria nº 1147/2001 do MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA E DA SAÚDE, ambulância tipo A e a maca devem ter no mínimo 1,90 de comprimento.

**5.5.** Todos os veículos acima devem observar as normas relativas à segurança da viagem e ao conforto dos passageiros, bem como, cumprir TODA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO E DE TRÁFEGO RODOVIÁRIO APLICÁVEL PARA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

**5.6.** Dentro do prazo de vigência da ata, o fornecedor está obrigado a prestar o(s) serviço (s) desde que obedecidas as condições do edital de Pregão que precedeu a formalização dessa Ata.

**5.7.** Os serviços rejeitados, por estarem em desacordo com as especificações ou condições exigidas no contrato, deverão corrigidos nos seguintes prazos:

**a)** em até 24 horas após a contratada ter sido devidamente notificada, caso a constatação de irregularidade seja posterior à entrega.

**5.8.** A recusa da contratada em atender à correção levará à aplicação das sanções previstas por inadimplemento.

**5.9.** A Prefeitura Municipal promoverá ampla pesquisa no mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os nele praticados, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

## **6. FORMA DE PAGAMENTO:**

**6.1.** Os pagamentos serão efetuados pelo POR KM RODADO, até o 10º (décimo) dia corrido do mês subsequente ao vencido, da entrega dos serviços, por quilômetro efetivamente rodado, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal e os comprovantes de recolhimento de INSS e FGTS dos motoristas envolvidos na prestação de serviço.

**6.2.** O cálculo da quilometragem será feita a partir do 1º ponto de coleta, sito à Rua 20 de Setembro, 1239.

**6.3.** Os cálculos financeiros dos serviços serão mensais, considerando apenas os transportes de pacientes comprovadas através de atestado de execução dos mesmos, expedido no último dia útil do mês pelo responsável nomeado pela Secretaria Municipal da Saúde.

**6.4.** Os pagamentos serão efetuados pelo POR KM RODADO, até o 10º (décimo) dia corrido do mês subsequente ao vencido, da entrega dos serviços, por quilômetro efetivamente rodado, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal e os comprovantes de recolhimento de INSS e FGTS dos motoristas envolvidos na prestação de serviço.

**6.5.** A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do pregão e número da nota de empenho, a fim de se acelerar o trâmite e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

**6.6.** O pagamento somente será efetuado mediante a apresentação das seguintes documentações:

- Listagem firmada pelo representante legal da contratada contendo o nome, o nº da CTPS e a função dos empregados que executarão do serviço, devendo comunicar imediatamente ao CONTRATANTE quaisquer alterações;
- Guia de recolhimento do INSS autenticada com o registro do pagamento, GFIP juntamente com o protocolo de envio, cópia da folha de pagamento respectiva, bem como dos contracheques assinados pelos funcionários ou comprovante de depósito bancário, nos termos da Ordem de Serviço INSS/DARF nº 083/93, bem como Guia de Recolhimento do FGTS do mês anterior do protocolo da fatura e comprovante de recolhimento do PIS;
- Certidão Negativa de Débitos Municipais, Estaduais e Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- Certidão Negativa de Débitos junto ao FGTS;

**6.7.** Serão processadas as retenções previdenciárias quando for o caso, nos termos da lei que regula a matéria.

## **7. CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**7.1.** O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, nas seguintes hipóteses:

- a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes dessa Ata de Registro de Preços;
- b) quando o fornecedor não assinar o contrato quando convocado para tal, sem justificativa aceitável;
- c) quando o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado se esse se tornar superior ao praticado no mercado;
- d) quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou força maior;

**7.2.** A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nas alíneas “a)” a “d)”, será formalizado em processo próprio e comunicada por correspondência, com aviso de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

**7.3.** No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial, considerando-se, assim, para todos os efeitos, cancelado o preço registrado.

## **8. PENALIDADES**

**8.1.** Em caso de INADIMPLEMENTO do contrato, representado pelo descumprimento de quaisquer cláusulas, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

**8.1.1.** Multa equivalente a 5% (cinco por cento) por dia de atraso, limitado esta a 10 (dez) dias de atraso, após o qual será considerado inexecução contratual.

**8.1.2.** Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, sobre o valor remanescente, cumulado com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

**8.1.3.** Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulado com a pena de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

**8.2.** Em caso de discrepância de qualidade e quantidade na prestação dos serviços, em caso de vícios, defeitos ou incorreções dos mesmos, o contratado disporá de um prazo de 5 (cinco) dias úteis para proceder as correções ou substituições que se fizerem necessárias, conforme dispõe o art. 69 da Lei nº 8.666/93.

Observação: As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

## **9. FISCALIZAÇÃO**

**9.1.** Cabe a prefeitura através do servidor ALEX EDNEI ZIEMANN, proceder à fiscalização rotineira dos serviços executados, quanto à quantidade e ao atendimento de todas as especificações.

**9.2.** Ao fiscal cabe o direito de recusar, em parte ou totalmente, o serviço que não satisfaça as especificações estabelecidas.

**9.3.** As irregularidades constatadas deverão ser comunicadas ao fornecedor, no prazo máximo de 48 horas, para que sejam tomadas as providências necessárias para corrigi-las ou, quando for o caso, aplicadas as penalidades previstas.

## **10. CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR**

**10.1.** Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da Ata de Registro de Preços ou não-aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a atrasar a entrega dos serviços no local onde estiver sendo executado o objeto do contrato:



- a) greve geral;
- b) calamidade pública;
- c) interrupção dos meios de transporte;
- d) condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e
- e) outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).

Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).

**10.2.** Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pela contratada.

**10.3.** Sempre que ocorrerem situações que impliquem caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado a Prefeitura Municipal, até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.

## **11. FORO**

Para a resolução de possíveis divergências entre as partes, oriundas da presente Ata, fica eleito o Foro desta Comarca de Candelária.

## **12. CÓPIAS**

Da presente Ata são extraídas as seguintes cópias:

- a) uma (1) para a Divisão de Licitações;
- b) uma (1) para a empresa registrada;
- c) uma (1), Procuradoria Jurídica;

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas na presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Prefeito, representando a Prefeitura e pelo Sr. \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, Carteira de Identidade \_\_\_\_\_, representando a EMPRESA REGISTRADA.

Candelária, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

**PAULO ROBERTO BUTZGE**  
Prefeito Municipal

**Representante da Empresa**

Testemunha

Testemunha

## ANEXO VII

### CONTRATO Nº ...../2017 - MINUTA

Contrato para contratação de empresa para realizar serviços de transporte de pacientes da rede Municipal de Saúde, que celebram o **MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA** e a empresa ....., com base na Lei nº 8.666/93 e conforme o Pregão nº 30/2017.

Pelo presente instrumento particular, o **MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA**, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Av. Pereira Rego, nº. 1665, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, **Sr. PAULO ROBERTO BUTZGE**, doravante denominado **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa ....., com sede na Rua ....., nº ....., Bairro ....., em ..... - RS, inscrita no CNPJ nº ....., representada neste ato pelo **Sr. ....**, na qualidade de proprietário da empresa, doravante denominada, simplesmente **CONTRATADA**, tem por justo e acordado o que segue:

#### DO OBJETO E DO VALOR:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - A Contratada deverá prestar ao Contratante os seguintes serviços:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR
1		KM RODADO	Transporte por km através de veículo van – mínimo 15 lugares, para transporte de pacientes para cidades de até 125km distancia ida.	
2		KM RODADO	Transporte por km através de veículo van – mínimo 15 lugares, para transporte de pacientes para cidades de até 500km distancia ida.	
3		KM RODADO	Transporte por km através de veículo micro-ônibus mínimo 28 lugares, para transporte de pacientes para cidades de até 125km distancia ida.	
4		KM	Transporte por km através de veículo	

		RODADO	micro-ônibus mínimo 28 lugares, para transporte de pacientes para cidades de até 500km distancia ida.	
5		KM RODADO	Transporte por km através de veículo ônibus mínimo 46 lugares, para transporte de pacientes para cidades de até 125km distancia ida.	
6		KM RODADO	Transporte por km através de veículo ônibus mínimo 46 lugares, para transporte de pacientes para cidades de até 500km distancia ida.	
7		KM RODADO	Transporte por Km de Paciente entre Unidades de Saúde municipais e Intermunicipais com veículo Ambulância.	

Perfazendo o total de R\$\_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

**Parágrafo Primeiro:** Os veículos e os motoristas deverão estar devidamente habilitados para os serviços que compreenderão o transporte de pacientes da rede municipal de saúde a hospitais, consultórios e postos de saúde credenciados pela rede SUS dentro e fora do Município de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

**Parágrafo Segundo:** Para os itens 01 a 06, a empresa deverá disponibilizar os veículos com pré-agendamento de 12 horas.

**Parágrafo Terceiro:** Para o item 07, veículo ambulância, a empresa deverá disponibilizar o veículo no prazo de 15 minutos.

**Parágrafo Quarto:** A ambulância deve cumprir as normas estabelecidas na Portaria nº 1147/2001 do MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA E DA SAÚDE, ambulância tipo A e a maca devem ter no mínimo 1,90 de comprimento.

**Parágrafo Quinto:** Todos os veículos acima devem ter no máximo 10 anos de fabricação;

**Parágrafo Sexto:** Todos os veículos acima devem observar as normas relativas à segurança da viagem e ao conforto dos passageiros, bem como, cumprir TODA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO E DE TRÁFEGO RODOVIÁRIO APLICÁVEL PARA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

#### DA FORMA DE PAGAMENTO:

**CLÁUSULA SEGUNDA** – A CONTRATADA fará jus ao valor total de R\$ \_\_\_\_ (.....), que será pago por quilômetro efetivamente rodado, até o 10º (décimo) dia corrido do mês subsequente ao da prestação do serviços, mediante a apresentação da

respectiva nota fiscal e os comprovantes de recolhimento de INSS e FGTS dos motoristas envolvidos na prestação de serviço.

**Parágrafo Primeiro:** O cálculo da quilometragem será feita a partir do 1º ponto de coleta, sito à Rua 20 de Setembro, 1239.

**Parágrafo Segundo:** Os cálculos financeiros dos serviços serão mensais, considerando apenas os transportes de pacientes comprovadas através de atestado de execução dos mesmos, expedido no último dia útil do mês pelo responsável nomeado pela Secretaria Municipal da Saúde.

**Parágrafo Terceiro:** A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do pregão e número da nota de empenho, a fim de se acelerar o trâmite e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

**Parágrafo Quarto:** O pagamento somente será efetuado mediante a apresentação das seguintes documentações:

- Listagem firmada pelo representante legal da contratada contendo o nome, o nº da CTPS e a função dos empregados que executarão do serviço, devendo comunicar imediatamente ao CONTRATANTE quaisquer alterações;
- Guia de recolhimento do INSS autenticada com o registro do pagamento, GFIP juntamente com o protocolo de envio, cópia da folha de pagamento respectiva, bem como dos contracheques assinados pelos funcionários ou comprovante de depósito bancário, nos termos da Ordem de Serviço INSS/DARF nº 083/93, bem como Guia de Recolhimento do FGTS do mês anterior do protocolo da fatura e comprovante de recolhimento do PIS;
- Certidão Negativa de Débitos Municipais, Estaduais e Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- Certidão Negativa de Débitos junto ao FGTS;

**Parágrafo Quinto:** Serão processadas as retenções previdenciárias quando for o caso, nos termos da lei que regula a matéria.

#### **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

**CLÁUSULA TERCEIRA** - O pagamento previsto na Cláusula Segunda será consignado no Orçamento vigente sob as seguintes rubricas: 07 001 2036 33390399905 vin. 40.

#### **DO REGIME DE EXECUÇÃO:**

**CLÁUSULA QUARTA** – Os veículos e os motoristas deverão estar devidamente habilitados para os serviços que compreenderão o transporte de pacientes da rede municipal de saúde a hospitais, consultórios e postos de saúde credenciados pela rede

SUS dentro e fora do Município de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

**CLÁUSULA QUINTA** – Para os itens 01 a 06, a empresa deverá disponibilizar os veículos com pré-agendamento de 12 horas.

**CLÁUSULA SEXTA** - Para o item 07, veículo ambulância, a empresa deverá disponibilizar o veículo no prazo de 15 minutos.

**CLÁUSULA SÉTIMA** - A ambulância deve cumprir as normas estabelecidas na Portaria nº 1147/2001 do MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA E DA SAÚDE, ambulância tipo A e a maca devem ter no mínimo 1,90 de comprimento.

**CLÁUSULA OITAVA** - Todos os veículos acima devem observar as normas relativas à segurança da viagem e ao conforto dos passageiros, bem como, cumprir TODA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO E DE TRÁFEGO RODOVIÁRIO APLICÁVEL PARA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

#### **DO INADIMPLEMENTO E SANÇÕES:**

**CLÁUSULA NONA** - Em caso de inadimplemento parcial ou total do presente contrato pela Contratada, demonstrado pelo descumprimento do objeto, lhe será(o) aplicada(s), sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, do ressarcimento de eventuais perdas e danos, e da responsabilidade criminal, a multa no montante de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado.

**CLÁUSULA DÉCIMA** - O não cumprimento de qualquer uma das cláusulas estabelecidas neste contrato importará na sua rescisão, conforme estabelece os artigos 77, 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, com a respectiva aplicação das sanções administrativas previstas na Lei 8.666/93, quais sejam:

**Parágrafo Primeiro:** Multa equivalente a 5% (cinco por cento) por dia de atraso, limitado esta a 10 (dez) dias de atraso, após o qual será considerado inexecução contratual.

**Parágrafo Segundo:** Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, sobre o valor remanescente, cumulado com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

**Parágrafo Terceiro:** Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulado com a pena de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

**Parágrafo Quarto:** As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** – Em caso de discrepância de qualidade e quantidade na prestação do serviço, descrito no objeto, exceto os casos que necessitem de deslocamento técnico que deverão ser atendidos em no máximo 08 (oito) horas após a abertura do chamado, os casos de vícios, defeitos ou incorreções, a Contratada terá um prazo de 05 (cinco) dias úteis para proceder as correções ou substituições que se fizerem necessárias, conforme dispõe o art. 69 da Lei nº 8.666/93, sob as penas da Lei.

#### **DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** - O prazo do contrato será de 12 meses a contar do dia posterior ao da assinatura, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite legal.

**Parágrafo Único:** Caso haja prorrogação, a correção do valor do contrato será pelo IGPM, ou outro índice oficial que vier a substituí-lo em caso de sua extinção, após decorridos 12 (doze) meses.

#### **DA FISCALIZAÇÃO:**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** – A fiscalização do contrato ficará sob responsabilidade do servidor ALEX EDNEI ZIEMANN.

#### **DOS ANEXOS:**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** – Fazem parte integrante desse contrato, independente de reprodução, a proposta apresentada pela Contratada, bem como, o Pregão nº 30/2017 e seus anexos.

#### **DO FORO:**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** – Quaisquer dúvidas, que em razão do Contrato venham a surgir entre as partes contratantes, serão dirimidas pelo Foro desta Comarca de Candelária.

E, por estarem de perfeito e comum acordo, firmam o presente contrato, em duas vias de igual teor e forma perante duas testemunhas.

Candelária, ..... de 2017.

**PAULO ROBERTO BUTZGE**

Prefeito Municipal

Contratante

.....

Contratada

TESTEMUNHAS:

Nome:

RG:

Ass.:

Nome:

RG:

Ass.: